

RECREIO DA JUVENTUDE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Deliberativo e Associados do
Recreio da Juventude

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do RECREIO DA JUVENTUDE que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do RECREIO DA JUVENTUDE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 5, a Entidade tem como política não reconhecer a depreciação e a amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível. Essa política não está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Em função de que os bens estão apresentados por seus valores históricos desde sua aquisição, não foi possível quantificar o efeito da despesa com a depreciação e a amortização não reconhecidas no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, e emitimos relatório de auditoria com data de 02 de fevereiro de 2017, que continha a mesma ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2018.



Rosito & Filomena

Audidores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091

Giuseppe Rosito
Contador – CRC/RS - 49.186

RECREIO DA JUVENTUDE

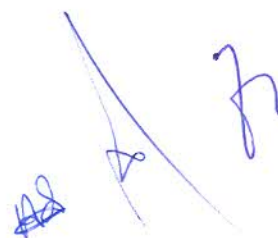
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em reais)

A T I V O

	2017	2016
	-----	-----
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	7.517.409,27	6.360.902,30
Mensalidades a receber (nota 4)	2.199.955,74	1.818.225,42
Estoques	102.016,89	91.982,26
Outras contas a receber	361.666,27	376.589,99
	-----	-----
Total do circulante	10.181.048,17	8.647.699,97
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos judiciais (nota 9)	200.917,52	182.768,52
Imobilizado (nota 5)	60.310.582,31	57.290.228,44
Intangível (nota 6)	231.686,90	162.186,90
	-----	-----
Total do não circulante	60.743.186,73	57.635.183,86
	-----	-----
Total do ativo	70.924.234,90	66.282.883,83
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



RECREIO DA JUVENTUDE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em reais)

PASSIVO

	2017	2016
	-----	-----
CIRCULANTE		
Fornecedores	514.426,15	1.003.838,57
Impostos e contribuições sociais (nota 7)	479.294,27	403.806,14
Ordenados e salários a pagar	294.577,21	262.680,59
Provisão para férias e encargos	696.926,80	617.760,35
Convênios esportivos (nota 8)	212.969,84	893.161,02
Outras contas a pagar	144.227,02	130.011,67
	-----	-----
Total do circulante	2.342.421,29	3.311.258,34
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Impostos e contribuições sociais	-	337.777,74
Provisão para contingências (nota 9)	147.162,00	116.121,59
	-----	-----
Total do não circulante	147.162,00	453.899,33
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social (nota 11)	62.517.726,16	56.283.277,12
Superávits acumulados	5.916.925,45	6.234.449,04
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	68.434.651,61	62.517.726,16
	-----	-----
Total do passivo e patrimônio líquido	70.924.234,90	66.282.883,83
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



